

ALGUNS DADOS SOBRE EDUARDO LOURENÇO:

Nasceu em 1923, em São Pedro do Rio Seco, concelho de Almeida. Estudos secundários na Guarda e Lisboa. Licenciou-se em Ciências Histórico-Filosóficas, na Universidade de Coimbra, em 1946. Nessa mesma Universidade foi assistente de Filosofia de 1947 a 1953. De 1954 a 1958, foi sucessivamente leitor de Língua e Cultura Portuguesas nas Universidades de Hamburgo, Heidelberg e Montpellier. De 1958 a 1959 reger a cadeira de Filosofia, como professor convidado, na Universidade da Baía (Brasil). De regresso à Europa, foi leitor, a cargo do governo francês, nas Universidades de Grenoble e Nice. É actualmente *Maitre-assistant* nesta última Universidade e reside em Vence (Alpes Marítimos).

Embora de formação predominantemente filosófica, os seus interesses concentraram-se cedo na problemática geral da cultura e em particular nos domínios da crítica e da teoria da literatura. A sua actividade cultural é sobre tudo de natureza ensaística.

Além de ter colaborado com mais ou menos regularidade nas diversas publicações culturais do país, em particular nas revistas *O Tempo e o Modo* (1.ª série) e *Colóquio*, publicou os seguintes livros: *Heterodoxia I*, Coimbra, 1949; *O Desespero Humanista na Obra de Miguel Torga*, Coimbra, 1955; *Heterodoxia II*, Coimbra Editora, 1967; *Senido e Forma da Poesia Neo-Realista*, Ulisseia, Lisboa, 1968; *Pessoa Revisitado*, Inova, Porto, 1973; *Tempo e Poesia*, Inova, Porto, 1974.

No pós 25 de Abril, são de Eduardo Lourenço a maior parte das raras e mais lúcidas análises da realidade portuguesa actual. Além de uma muito extensa colaboração nos principais diários, semanários e revistas portuguesas, publica sucessivamente os volumes *Os Militares e o Poder*, Editora Arcádia, Lisboa, 1975; *O Fascismo Nunca Existiu*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1976; *Situação Africana e Consciência Nacional*, Lisboa, 1976 — reunião de trabalhos inéditos ou publicados anteriormente na imprensa —, e, agora, o presente volume, *O Labirinto da Saudade — Psicanálise Mítica do Destino Português*, na sua maioria constituído por material inédito e de flagrante actualidade.

Eduardo Lourenço

O Labirinto da Saudade

Psicanálise Mítica do Destino Português

publicações dom quixote
Lisboa
1978

DA LITERATURA COMO INTERPRETAÇÃO DE PORTUGAL ⁽¹⁾

De Garrett a Fernando Pessoa

*A alma de uma época está em todos os
seus poetas e filósofos e em nenhum.*

Fernando Pessoa

*Á santa clareza com que os Poetas falam
nas trevas das coisas mais escuras.*

Raul de Carvalho

*Ah o grande Cais donde partimos em
Navios-Nações!
O grande cais anterior eterno e divino.*

Ode Marítima

¹ Entre outras coisas, o Modernismo português — e em particular o representado por Fernando Pessoa — desejou ser não apenas invenção e recriação de uma *nova sensibilidade e visão*

⁽¹⁾ Conferência realizada na Fundação Gulbenkian, em 5 de Fevereiro de 1975, no âmbito do curso sobre «Modernismo» promovido pela Universidade Nova de Lisboa.

da realidade (aquela que o chamado mundo moderno estava pedindo), mas igualmente uma metamorfose total da imagem, ser e destino de Portugal. Estas duas perspectivas nem se opõem, nem se adicionam uma à outra. Procedem ambas de uma única inspiração. O acesso e a conquista de uma nova visão do mundo, implica e procede de uma revisitação em profundidade do que Pessoa, na sequência de Pascoas, chamará *a alma nacional*. O modernismo é para Fernando Pessoa uma questão que ele tem ao mesmo tempo com o mundo em que vive e com Portugal, mas por sua vez Portugal apresentou-se-lhe cedo como *enigma objectivo* com o qual há muito a consciência nacional se debate. Desde jovem que ele pretende, novo Édipo, encontrar a resposta que, mais tarde, sob transparente arquitectura, será para nós o Templo da nova imagem de que necessitava para ter uma pátria cujo centro estaria em toda a parte e a circunferência em parte alguma. Se a resposta de Pessoa é aquela que *a enigmática realidade lusitana* estava pedindo é assunto que ficará de fora do nosso horizonte. O nosso propósito é somente o de mostrar que a *utópica preocupação* de Pessoa pelo ser e destino histórico-mítico de Portugal se insere num contexto e num processo mais antigo e vasto, processo a que de algum modo põe termo, diluindo em gesta futurante, em evasão celeste, a blocagem histórica de um povo sem destino terrestre definido e convincente.

Não se tem reparado muito naquilo que parece constituir a motivação mais radical e funda (pelo que significa como *ruptura*) de toda ou quase toda a *grande literatura portuguesa do século XIX*. O que desde Garrett a estrutura no seu âmago, é o projecto novo de *problematicar a relação do escritor, ou mais genericamente, de cada consciência individual, com a realidade específica e autónoma que é a Pátria*. E como o laço próprio que une o escritor, enquanto tal, à sua Pátria, é

a escrita, a problematização dessas relações é antes de tudo problematização da *escrita*, nova ou inovadora maneira de falar a Pátria escrevendo-a em termos específicos, como o autor das *Viagens* o fará com sucesso raro. A partir de Garrett e Herculano, *Portugal*, enquanto realidade histórico-moral, constituirá o núcleo da pulsão literária determinante. A tal ponto, que nos parecem *in-significantes* ou de pouco relevo aquelas obras em que essa motivação confessa ou oculta está ausente. Não é sem razão que as relegamos para esse curioso espaço literário que designamos de *arcadismo póstumo* e que não é apanágio, senão por simplificação, do único Castilho. Em toda a nossa literatura anterior — mesmo naquela que sob inspiração humanista tematiza o *destino pátrio*, como é o caso impar de *Os Lusíadas* — a determinação literária procede de um horizonte intelectual, abstracto ou humanisticamente «universal». O interlocutor ideal dos autores é a *cristandade* em geral, a sociedade universalmente concebida, ou, com mais medida, a confraria restrita dos letrados (humanistas, ou não). A relação dos autores com a realidade colectiva enquanto simbolizável, era vivida sem autêntica *interioridade*. «Portugal» não é ainda apreendido como realidade *histórica*, em sentido próprio, e muito menos *mortal*, ou susceptível de *morte*. Quando os autores glosam o seu destino, em termos épicos ou apologéticos, (raras vezes em termos críticos) o seu eu pessoal não se encontra por assim dizer envolvido, implicado na evocação. A exegese óbvia que se costuma fazer da relação Camões-Pátria é um espelhismo romântico. É Camões quem *pessoalisa* a Pátria, não é ela que o «camonisa», que o *problematiza*. Na realidade, a alissonante e «universal» pátria camoniana não é ainda um *indivíduo politico-social*, como ele, poeta, de algum modo já o é, mas o *suporte de um império* e de uma *fé* cuja irradiação reverte a favor de um *rei* (único

soberano ou soberano único), o qual por sua vez se encontra *fora da história*, em sentido moderno, como incarnação que é do princípio *monárquico*, princípio de continuidade, anti-tomântico, anti-trágico por excelência.

Na sequência da primeira revolução industrial, a Grande Revolução da burguesia e do terceiro estado francês, modificam a relação do indivíduo e da pátria, que de mera terra paterna se volta Nação. Como cidadão, sujeito de direitos «universais», o homem liberal torna-se responsável pelo *destino* e pela *figura* dessa nova entidade, a Pátria-Nação e pode dizer-se, enfim, que lhe cabe nessas qualidade *assumir-lá*, quer dizer, ao mesmo tempo aceitá-la e modificá-la pela sua acção cívica. Como cidadão *tem*, enfim, uma Pátria, coisa que nenhum homem, nem mesmo o Rei, pois com ela se confunde, podia «ter», pois era a Pátria que *o tinha* a ele. De pura presença geográfica, natural, *lugar* de um destino certo ou incerto entre vida e morte, a Pátria converte-se em realidade *inmanente* da qual cada cidadão consciente é solidário e responsável. Assim como no domínio político lhe é pedido que directa ou indirectamente a assuma pelo *voto*, assim *culturalmente*, o que a Pátria é ou não é, *interpela* o escritor com uma força e uma urgência antes desconhecidas. Cada escritor consciente da nova era, escreverá, como Fichte, o seu *pessoal discurso à sua nação*, cada um se sentirá profeta ou mesmo messias de destinos patrios, vívidos e concebidos como revelação, manifestação e culto das respectivas *almas nacionais*.

Nenhum itinerário romântico é, entre nós, mais interessante a esse respeito, que o de Garrett. Ele é o primeiro de uma longa e ainda não acabada linhagem de ulisses intelectuais em busca de uma pátria que todos temos sem poder ajustar nela o sonho plausível que nos pede e a realidade amarga que nos decepciona. A sua intervenção *reformatora*

em quase todos os sectores culturais do tempo nem foi fruto de dilettantismo superior nem de ambição inconsequente. Foi a tradução adequada e genial dessa nova relação da consciência literária que já não pode conceber-se apenas como criadora de obras abstratamente valiosas no âmbito ocidental dos *beaux-espriis*, mas que se apetrebe que *a sua realidade e destino de autor* estão ligados à maior ou menor consistência da inédito forma histórico-espiritual que é a Pátria, uma pátria *a ser feita* e não apenas *já feita*. Se Herkulano se descobre e inventa romancista pseudo-medievalizante e historiador, não é por amor do *passado enquanto tal*, por mais glorioso, mas como prospector do *tempo perdido* de Portugal, cuja decifração lhe é vital para se situar como homem, cidadão e militante num presente enevoado e oscilante. Só assim julga possível modelar o perfil futuro da incerta forma histórica em que se convertem *a sua Pátria*. Mas é sob a pluma de Garrett que pela primeira vez, e a fundo, *Portugal se interroga*, ou melhor, que Portugal se converte em *permanente interpelação* para todos nós. Aquela que o Modernismo configura corresponde à quinta metamorfose da *questão única* que a realidade portuguesa nos tem posto e continua a pôr desde há 150 anos. Releer, brevemente, toda a nossa aventura literária na óptica insólita desta *auto-interpelação*, não nos parece menos iluminante leitura que a tradicional, em excesso dependente do reflexo ou da refração da aventura cultural do Ocidente (ou do mundo) na atmosfera porosa e dúcil que parece ter-se tornado a nossa segunda (senão primeira) natureza.

Resumindo: desejamos insinuar que a nossa história literária dos últimos 150 anos (e se calhar todas as nossas outras «histórias...») poderão receber desta ideia simples, a saber, que foi orientada ou subdeterminada consciente ou inconscientemente pela preocupação obsessiva de descobrir *quem somos*

e o que somos como portugueses, uma arrumação tão legítima como a que consiste em organizá-la como caso particular (e em geral pouco relevante) da Literatura Ocidental. Claro está, sem cair, como já aconteceu, no culto de uma exegese austa, sem sentido das proporções, escamoteando confusas dependências, ou criadoras e naturais interdependências. O que nos parece mais importante na atitude *inaugural* e, de algum modo, *matricial*, de Garrett, não é a sua *descoberta* das coisas portuguesas como dignas de interesse estético. Esse reflexo mimético pertence à essência mesma dos inovadores românticos, alemães e ingleses. O mais importante é o espectáculo da osmose profunda entre a sua particular aventura anímica e humana e aquela de que Portugal — no passado e no presente — lhe parece centro. Garrett não pode saber quem é, nem o que verdadeiramente quer, sem interrogar a sério e de frente o que é essa realidade viva e mortal de uma Pátria entrevista como «frágil», «vulnerável» e da qual sente o seu ser interior e o seu destino pessoal inseparáveis. Com o seu *Canôes* começa realmente o processo de *autognose* de Portugal que terminará com *Mensagem*. Não é por acaso que no começo e no fim do processo nós encontramos o primeiro e o último dos grandes textos da nossa moderna literatura, textos-diálogos nos quais se refaz com míficos textos alheios (em ambos os casos *Os Lusíadas*, a lenda camoniana ou o discurso místico-ocultista) a trama inteira do percurso nacional enquanto aventura rematada por desastres de essência redentora, na memória que os evoca ou no messianismo que deles se alimenta. Após *Mensagem*, a estrutura global da nossa autognose, sem ficar imune à transfiguração e sublimação que subterraneamente continuou (e continua) a alimentar, mudou de orientação, como podia deduzir-se do aparecimento de um *sujeito literário* de perfil oposto, não apenas àquele que do romantismo até ao saudosismo se

narra na ficção nacional, como ao que ainda configura a visão universalista do «presencismo». Referimo-nos, naturalmente ao aparecimento do *neo-realismo*, cujo centro e impulso não mantêm com o tema «Portugal» a mesma relação umbilical, embora obras como as de Carlos de Oliveira e, sobretudo, de Fernando Namora, continuem a ecoar uma *preocupação* pelo tema da identidade e da identificação nacionais. Mas esta temática só receberá uma expressão de fábula, origem e matriz de outras mais recentes, na mais delirada e delirante alegoria da nossa aventura histórica e cultural, resumo inenarrável da nossa epopeia sonâmbula, alucinada e obstrusa. Referimo-nos, está bem de ver, à singular torre de três lados, a que há séculos buscamos o quarto lado do sonho habitável, a *Torre de Barbelá* do nosso malogrado e genial amigo Ruben A.

Este longo intróito significa que qualquer que seja o grau de *ruptura* — formal ou essencial — que o nosso Modernismo representou neste processo de autognose, nós o inserimos num amplo movimento histórico-espiritual, comandado pelo fenómeno original de uma *relação perturbada* do escritor com a realidade nacional que o engloba. É possível, é mesmo natural, conceber todo o fenómeno *literário* como a tradução simbólica de um *desajustamento* dos homens às realidades que o cercam, em suma, uma espécie de *magia activa* — mais ou menos eficaz — para modificar a opacidade social e cultural que os limita ou constitui. Mas o que é singular nos começos do século XIX, entre nós, é que a matéria mediadora entre a consciência individual e o mundo é constituída pela *situação nacional* e nela, e através dela, pelo *sentido do ser* português. Este fenómeno, embora sendo a tradução de modalidades políticas precisas (Portugal é, de 1808 a 1820, um País invadido, emigrado ou subalternizado pela presença militar ostensiva do *Estrangeiro*), vai muito além desse horizonte empírico. A consciência da

nossa fragilidade histórica projecta os seus fantasmas simultaneamente para o passado e para o futuro. Já noutra ocasião, a propósito do *Frei Luís de Sousa* o tínhamos mostrado. O drama de Garrett é fundamentalmente a teatralização de *Portugal como povo que só já tem ser imaginário* (ou mesmo fantasmático) — realidade indecisa, incerta do seu perfil e lugar na História, objecto de *saudades* impotentes ou *pressentimentos trágicos*. Quem responde pela boca de D. João (de Portugal...), definindo-se como *ninguém*, não é um meo marido ressuscitado fora de estação, é a própria Pátria. O único gesto positivo, redentor, do seu *herói* (Manuel de Sousa Coutinho) é deitar fogo ao Palácio e enterrar-se fora do mundo, da História. Interpretou-se (à superfície) o *Frei Luís de Sousa* em termos de puro melodrama psicológico, de pura contextura romântica — o que também é, naturalmente — mas o autêntico trágico que nele existe é de natureza histórico-política, ou, se se preferir, simbólico-patriótica. É ao passado e no passado — mas por causa do presente, como Herculano — que o cidadão, o autor, o combatente liberal e patriota Almeida Garrett dirige a interrogação, ao mesmo tempo pessoal e transpessoal: *que ser é o meu, se a pátria a que pertença não está segura de possuir e ter o seu?*

Este sentimento de fragilidade ótica relativo à existência pátria durante todo o século XIX, a consciência de uma permanentemente ameaça, atingiram proporções que hoje nos parecem *absurdas*, descabeladas (românticas, no sentido desorbitado da expressão), mas as suas ondas de choque vão contaminar quase todas as grandes manifestações literárias capitais do século, de Garrett a Pascoaes, passando pelo poema anti-espanhol em primeira grau de Tomás Ribeiro, até à *Catástrofe* do nosso ironista-mor que nela abdicou de toda a ironia... Nesta *estrutura de pânico* anímico se inscrevem autores tão diversos como

Garrett, Herculano, Antero, Eça, Oliveira Martins, mas igualmente Nobre, Junqueiro, Sampaio Bruno. A reacção histórico-patriótica ao *Ultimatum* que consagrava a nossa nulidade política (e a que responderá e corresponderá em 1917, o vencedor *Ultimatum* de Álvaro de Campos...), não é senão a expressão-resumo de uma ferida aberta em 1808 e em contínua supuração ao longo do século: a da generalizada consciência, entre a «inteligentista» lusitana, de uma *desvalia trágica*, insuperável, da *realidade nacional sob todos os planos*. É ela que determinará o ritmo cultural da segunda metade do século, a bem notória oscilação pendular entre a *acusaçãoregeneradora* do que somos ou fomos e o *alegorismo-compensatório* que as obras de Eça de Queirós e Oliveira Martins soberbamente ilustram.

Sob este pano de fundo actuam influências de sentido oposto — como a da confiança romântica e em seguida romântico-positivista no carácter criador da pátria enquanto realidade popular, inconsciente — o que justificará certo reflexo optimista ainda persistente em Garrett, como dará alento à empresa de Teófilo Braga ou sob forma de «regresso» da Civilização ao lar «idealizado» em Jacinto, em Fradique mesmo, em Junqueiro, elos da futura transfiguração messiânica sob a égide de Pascoaes e Pessoa. Mas nenhuma dessas influências, nem mesmo reforçadas com a ideologia positivista e evolucionista, terão forças para responder cabalmente à *obsessão tentânica capital* do século XIX: a de *repór* Portugal na sua grandeza *ideal* tão negada pelas circunstâncias concretas da sua medíocre realidade política, económica, social e cultural. Quer dizer, em termos de literatura, à obsessão de *criar um movimento* ou uma obra em que essa *regeneração simbólica* se cumprisse, transfigurando a miséria deprimente do «Portugal contemporâneo», cujo retrato a vitrola Oliveira Martins traçará, no ouro impe-

rial da nossa passada aventura. Este ouro e este império, com simbólicas maiúsculas, atravessarão o nosso percurso nacionalista-simbolista de fins de século e chegarão intactos para sofrer as suas supremas metamorfoses narcisistas e místicas a Sá-Carneiro e Fernando Pessoa.

Numa primeira fase — a de Garrett, de Herculano — essa tentativa de *reposição* tem ainda um perfil exaltante, mesmo sob roupagem trágica, e com boa vontade, até *épico*. Como já muitas vezes e com verdade se sublinhou, um e outro são *heróis*, ou participaram numa gesta de libertação aureolada de heroísmo e, apesar das decepções futuras, confiam no ideal *liberal* que ajudaram a implantar no País. *Heróicos*, embora só no passado e em geral «vencidos», são os seus personagens-chaves — Camões, Eurico, Manuel de Sousa Coutinho (e no presente Carlos), mas heróis de um sentimento que a todos sobreleva: o *patriotismo*. Numa passagem do seu «Camões» — aquele em que Garrett retoma o famoso sonho de D. Manuel de *Os Lusíadas* — o amor da pátria, alegorizado é evocado como objecto próprio e *supremo* do Canto, de todo o Canto, com sentido não apenas para o herói arquétipo dele — o mesmo Camões — mas para si mesmo Garrett, cuja missão consiste em trasvasar, em transubstanciar o antigo vinho épico em sangue próprio:

Roupas trajava alvíssimas e longas...

Viva chama

Como luz de carbúnculo, brilhava

Na víscera patente; e em radiosas letras

Lhe soletrei: Amor da Pátria.

Um dia ainda virá que, envilecido

Esquecido na Terra, envergonhado

O nome português

tábua

Única lhe darás tu para salvar-lhe a fama
Do naufrágio. Tu só dirás aos séculos,
Aos povos, às nações: Ali foi Lísia.

Como o encerado rolo sobre as águas
Único leva à praia o nome e a fama
Do perdido baixel. — Parte! Salvá-lo!
Salvá-lo enquanto é tempo! — Extinto... Infância!
Extinto Portugal... Oh dor!

Esta ênfase do amor pário e do patriotismo vai degradar-se ao nível vocabular muito depressa, privatizando-se pelo seu uso e abuso como referência poética e perdendo todo o crédito, mas a *preocupação* pelo destino nacional vai encontrar alimento na própria denúncia dessa *ênfase*, quando desaparecer o suporte do verbo e da *lenda* do heroísmo liberal. Eça de Queirós, através da sua obra, ou a meias com Ramalho Ortigão nas *Farpas*, sem falar nas célebres variações sobre as várias formas de pseudopatriotismo — desde o *patriotismo* aos *patriotarrecas* — plasmadas nas figuras grótescas dos Briga-deiros Chagas, Pacheco e outros Acácios, acabou por lhe assestar *semanticamente* o golpe de morte. Justamente, é com a Geração de 70 em geral, mas sobretudo graças à obra de Eça de Queirós — após uma desdramatização da consciência literária como obcecada pelo estatuto da *realidade nacional*, tal como as obras de Camilo e Júlio Dinis de diversa mas paralela maneira representam — que nós entramos em cheio no segundo grande momento — e momento crucial cujos ecos chegarão até nós — da história da nossa autognose moderna.

Com a célebre Geração — e por isso mesmo ela alcançou o

mítico estatuto cultural que ainda conserva — o estatuto de *desconfinança* ou até de suspeita grave em relação à nossa realidade nacional enquanto *existência valiosa*, atingiu de súbito uma expressão paroxística — e já veremos — paradoxal. É desnecessário epilogar. Se há um momento cultural português moderno que tem sido estudado e focado com insistência, é bem esse. Nas famigeradas *Conferências do Casino* e no que delas se seguiu, não é apenas a mera realidade *histórico-política* de Portugal que vai ser questionada ou quem questiona os actores das Conferências: *é a totalidade do seu ser histórico-cultural*. O sentido da nossa aventura passada aparece aos olhos de alguns jovens impressionados com os ecos tardios da revolução técnica e ideológica da Europa, como *problemático*. Garrett pesara o Portugal político na Balança da mesma Europa. Era um reflexo natural. Agora é na balança de Baltasar que uma falange futuramente ilustre pesa a *Pátria como Cultura* para concluir como no texto bíblico que essa «cultura» é mais que ligeira, inexistente. Nunca geração portuguesa se sentira tão infeliz — tão funda, sincera e equivocadamente infeliz — por descobrir que pertencia a um povo *decadente*, marginalizado ou automagnalizado na História e recebendo passivamente do movimento geral do que chamam extasiados *A Civilização*, não só máquinas, artefactos, modas, mas sobretudo *ideias*, acessíveis como máquinas, etc... Era natural que uma tal reacção se operasse no momento exacto em que essa fantástica *Civilização* nos tocava *fisicamente*. Um Portugal timidamente aberto à industrialização e aberto um pouco como se fôssemos o Japão da Europa no mesmo momento violado sem contemplicações pelo *Uncle Sam*, mas que era organicamente agrícola e bisontino como nos ecológicos e muito ajustados ro-mances de Júlio Dinis, vê-se num ápice confundido com uma *avalanche* cultural que de modo algum pode digerir em ter-

mos, digamos, aceitáveis. Ainda por cima, quis um acaso — que tinha a sua razão de ser — que a *Revolução* se operasse na provinciana Lusa-Atenas e não na provincial Lisboa. Sobre cabeças ávidas e ardentes — as mais ávidas e ardentes que jamais pisaram terra portuguesa — desabou num espaço de cinco anos, como desaba um Niágara, um autêntico concentrado da Cultura europeia, provocando nessa jovem *intelligentsia* — é ele o primeiro exemplo luso de similar fenómeno no outro extremo da Europa — a mais extraordinária *emigração imaginária* de toda a nossa história mental.

A conquista frenética do *Grat* que continha a *Ideia* (o Absoluto como História... ao alcance, senão da mão, ao menos da mente e da imaginação), se lançou com a intrepidez e a candura dos Galaz e dos Langarote, tão evocados sempre por Eça de Queirós, a mais exemplar e *trágica* geração intelectual portuguesa. Cabia-lhes recuperar, pensavam, no espaço de uma vida de homem, esse *atraso demencial*, que segundo o diagnóstico do mais precoce dos seus génios tutelares, se cavara ao longo de três séculos, entre um povo, feroz de mundos, e o mesmo povo agora convertido na *lanterna vermelha das nações civilizadas*. Tinham de ascender, de um só movimento, não apenas à altura dos Vico, dos Helder, dos Hegel, dos Michelet, dos Flaubert, mas também dos Liebig, dos Berthelot, dos Claude Bernard. Havia que *pensar*, havia que *imaginar* e mais custoso ainda, havia que *inventar*. Tinhamos sobretudo de nos inventar *outros*. As *Farpas* — popularização e vulgarização sem vulgaridade excessiva desse fabuloso *aggiornamento* — aí de nós, ainda em boa parte, bem actual... — intimavam um povo inteiro não só a saber *ler*, *raciocinar*, mas igualmente, a saber *vestir-se* e até, a saber *andar*... Poucas coisas Eça de Queirós terá notado com tanta insistência, como sinal da nossa íntima e incurável *sonolência* e *desistência anímicas* que o andar der-

reado, essa fadiga de séculos para pôr um pé diante do outro a que mais tarde Pessoa conferirá um estatuto à Beckett... Raramente uma Geração terá implicado o seu País num processo tão implacável, tão cruel, como a dos homens das «Conferências do Casino». Nesse radicalismo estava já o germe da *tragédia cultural e humana* (ou a *tragédia inteira*), pois os instauradores dele ficavam abrangidos pela mesma superlativa exigência crítica, pelo mesmo ideal de *redenção utópica*, menos talvez pelos objectivos que pelos meios e tempo de os poder minimamente alcançar. Não foi por acaso que o seu Galaaz morreu vítima da consciência que teve, como nenhum outro, do abismo que separava o sonho dessa autêntica *transubstanciação* do ser-pátrio e o resultado tangível, enquanto os outros companheiros de geração — mesmo o aparente vencedor Teófilo Braga — acabaram a vida na melancolia pura de um sonho talvez mal sonhado, mas, de qualquer modo, perdido.

Quem somos? O que somos? Como nos tornámos no que somos, povo atrasado, inculto, desistente, sonâmbulo, inconsciente, sem outro futuro que o de um vago projecto imperial esvaziado de conteúdo? Estas questões foram formuladas por gente que não se sentia pessoal ou especialmente atrasada, inculta, desistente, irrealista, etc. Se Antero de Quental se tornou, a justo título, a figura mítica da Geração é porque nele, e nele só, sob todos os planos, desde o vital ao poético, se revelou o carácter *trágico* e mesmo *esquizofrénico* ou pelo menos *nevrótico* dessa interpelação do ser matricial, maternal. O que as «Conferências do Casino», pela voz do seu principal animador, instituíram, foi uma espécie de *parricídio*, acto trágico por excelência, que não podia ficar, como não ficou, impune, elevando aquele que com mais gravidade, nobreza e coerência o assumiu à condição de *herói cultural*, quer dizer, de vítima. Não que essa interpelação não tivesse de ser feita, não que não

fosse urgente e fatal olhar de frente a célebre *decadência dos povos peninsulares* e em particular a *nossa*, mas porque esse fenómeno nem podia ser exorcizado pela denúncia e designação póstuma dos três famosos *bodes expiatórios* (Descobertas, Inquisição, Jesuítas), cuja existência, triunfo e longa permanência necessitam por seu turno de explicação, nem podia ser perspectivado a partir de um modelo cultural e civilizacional *mitificado* como o era, em grande parte, aquele que estrutura a crítica radicalizante das «Conferências». Sem o terem desejado, os primeiros interpelantes radicais da *realidade nacional*, instalaram-se na excepção (que eram, mas não apenas como o imaginavam) e este *desenraizamento* daquilo de quem ninguém pode desenraizar-se impunemente, ia convertê-los na *primeira geração perdida* de Portugal (gloriosamente *posidida*...), mais tarde fascinada por uma outra misticamente *positiva*, a *íclita geração* que Oliveira Martins ressuscitará à hora em que a utopia socialista da juventude naufraga. O que começara com Proudhon acabará com D. Sebastião e Nuno Álvares; o antiparlamentarismo de vocação revolucionária em cessarismo mais ou menos esclarecido.

Não é susceptível de discussão o amor (e o fervor) com que a Geração de 70 tentou desentranhar do Portugal quotidiano, mesquinho e decepcionante, *um outro*, sob ele soterrado, à espera de oportunidade de irromper à luz do sol. Mas esse amor foi no mais alto grau da espécie dos *amores infelizes*, como são todos os que se não adequam ao objecto amado e como será *infeliz*, no sentido de Hegel, a forma geral de consciência de toda a geração, particularmente a de Antero. A cisão verificada entre o Portugal real e o Portugal sonhado e exigido, torna-se forma *mental* e é elevada a uma espécie de dignidade ontológica. Antero é a primeira consciência portuguesa separada de si mesma, irredutivelmente *dual*. A dualidade *sentí-*

mental ou *psicológica* já tivera expressão no romantismo e procedia de longa tradição lírica, mas não existia ainda sob a forma *metafísica* e *vivencial* que Antero lhe conferirá. Há uma exata correspondência entre a forma como ele concebe e vive a *rupiura* com a realidade pátria e o seu célebre dualismo. Com Antero aparece igualmente o germe da estrutura *heterónima* da nossa Cultura posterior, embora não objectivada. Deve-se a Joel Serrão, segundo cremos, a aproximação entre a tão sergiamente glosada polaridade nocturna e solar dos *Sonetos* e uma heteronímia latente. Mas é menos ou nada evocada a primeira autêntica tematização do *heteronimismo* português, aquele que Egá realiza através da criação de Fradique Mendes, autor de *Correspondência*. Heterónimo pela teatralização do seu aparecimento, não pela *escrita*, claro está (como a uma heteronímia autêntica exigiria o futuro teorizador dela), Fradique teoriza no capítulo V da *Correspondência* a «heteronimização» ao desenhar-se como *amante ideal da alma* dos povos e das culturas as mais *diversas* ou *antagónicas*.

Antero não atingiu nunca este tipo de *des-integração imaginária* que permitiu simbolicamente a Egá (através do «jogo-Fradique») *ter várias pátrias*, por não poder aceitar sem relictância aquela que lhe foi dada, a *portuguesa*, descrita por Fradique como *paisagem* e *realidade culinária*. Antero não possuiu, como Egá, o «espírito do jogo» e isso mesmo o excluiu, em estrita perspectiva *literária* daquela Modernidade de que, por outro lado é a primeira e mais radical manifestação, como aquele a quem foi dado antever tudo sob fundo de Nada. A maneira como Antero não teve *Pátria* não consentia soluções lúdicas, por ser a primeira realmente trágica que um português assumiu. Talvez o ser agoriano o tenha ajudado a *distançar-se* do lado idolátrico característico das outras formas de patriotismo do nosso século XIX. Mas é uma mera hipótese, o seu

agorianoismo podia ter pedido, como no caso de Teófilo ou outros agorianos ilustres, uma necessidade ainda mais de enraizamento pátrio. Não parece ter sido o caso. Antero não tem pátria, mesmo enquanto passado glorioso — como Garrett ou Herculano — só a tem como Futuro, pois só nele antevê a conciliação e a superação da *aparência* intolerável do Portugal seu contemporâneo e a *sua ideia*, que devendo muito à mitificação medievalizante de Herculano mais deve à ideia de uma evolução geral da Humanidade para um reino de fins incompatível com a marca da divisão dos povos que as «pátrias» todas representam. Da sua geração foi o único que em dado momento foi *iberista federalista convicto*. Sendo trágico, como compoente da sua visão, o laço de Antero com Portugal, não foi verdadeiramente traumatizante como aquele que se desprende da visão de Oliveira Martins. Herdeiro indirecto de Michelet, Oliveira Martins percebe e vê Portugal como uma *identidade*, podia dizer-se, como uma *pessoa* como Michelet via a França, mas ao contrário deste último, poeta da mais orgânica criação político-moral do Ocidente, o autor da nossa célebre *História* visiona o seu país como um fenómeno histórico sem justificação intrínseca própria. Portugal, nascido e imposto por obra de uma *Vontade*, de essência épica, um pouco alucinada, ora é incarnado e assumido positivamente pelo *Herói* que reactualiza com felicidade esse primeiro acto voluntário (Afonso Henriques, Nuno Álvares, D. João II, Marquês de Pombal, Mouzinho da Silveira); ora mergulha em delírios e sonhos compensatórios absurdos, transformando-se na pátria de eleição do *Milagre*, do *Sebastianismo*, sinais equívocos de loucura empírica, tanto como promessa de resurreição. Após vinte anos para conciliar os dois ritmos da existência nacional, Oliveira Martins será obrigado a refugiar-se no *miúdo*, nesse Nuno Álvares do fim que ajudará o seu amigo Egá, no exílio mal dou-

rado de Paris, a *reconciliar-se* com a antiga «choldra», com esse Portugal que sempre foi o de um Nuno Álvares, herói e santo...

De todas as interpretações da realidade nacional da Geração de 70 — e acaso do século e de sempre, à parte a não-patológica ainda de Garrett — a mais complexa, a mais obsessiva, ardente, fina e ao fim e ao cabo a mais bem sucedida, por mais adequada transposição mítica, sentido da realidade e criação de imagens e arquétipos ainda de pé, é sem dúvida a de Eça de Queirós. Apesar de todas as críticas que se lhe podem fazer, é um Portugal realmente *presente* que ele interroga e que o interpela. É a sua província, a sua capital, os seus passmos habitantes, os costumes, os sonhos medíocres hipertrofiados, a inenarrável pretensão de tudo quanto é ou parece ser «gente» num país sem termos de comparação que possam equilibrar essa doce paranóia de grandezas engendradas a meias pelo tédio e pela falta de imaginação, que Eça *pinta*, caricaturalmente sem dúvida, mas para melhor reduzir a massa confusa do detalhe proliferante à sua verdade palpável. E fá-lo, não para cumprir, como se sugeriu, um programa de experimentador literário, nem de sociólogo «artista», mas para descobrir, com mais paixão do que a sua ironia de superfície o deixa supor, a face autêntica de uma *pátria* que talvez ninguém tenha tão amado e detestado. Detestação virulenta, quase ressentida, por essa Pátria não ser *civilizada* quando ele mesmo mitificava *A Civilização* e esse Paris «onde mais que em parte alguma bate o coração da humanidade», o que não impedirá que anos mais tarde, já seu habitante, percorra os cais do Sena em busca de velhos alfarrábios encadernados em boa carneira lusitana, como quem recolhe pedaços da sua própria pele ou acumula melancólicos tijolos para reconstruir na sua solidão exilada um *Portugal* de sonho e fábula onde reverte o seu amor pátrio sem

emprego; mas também exaltação dionísia por não ser *civilizada* e saber ainda cozinhar essa canja e essas favas divinas da divina Tormes, só por ser o anti-Paris que esperava por ele para lhe destilar numa última lição sem mestre a poção imortal de garrettiana e lusa saudade.

A um Portugal rude, provinciano, analfabeto, a uma Capital *mimética*, indolente, medíocre de fazer chorar as pedras, os jovens Eça e Ramalho pretenderam ensinar-lhe tudo — mesmo o que não sabiam — transformar um e outra numa espécie de pequena França que os não envergonhasse nem de que eles se envergonhassem. Vinte anos depois, num parágrafo admirável, de lucidez intelectual e ética, do Prefácio das *Farpas*, Eça terá perfeita consciência da natureza *auto-provocatória*, desesperada e, em suma «injustificável» da *interpelação* da realidade nacional tal como toda a Geração a concebera: «Mas quem era *eu*, que forças ou razão superior recebera dos deuses para assim me estabelecer na minha terra em justiciero destruidor de monstros?». Se trágico cultural existiu para Eça de Queiroz, foi um trágico de olhos abertos. Há poucos documentos tão superiores na nossa literatura como a carta em que «o velho Eça» — que nunca chegou a velho — agradece ao petulante Alberto de Oliveira a oferta de *Palavras Loucas*, impugnação discreta mas clara, em estilo alambicado do *ideário* mesmo da Geração de 70, ou antes da sua superficial mas comum versão. Entrava-lhe em casa, em termos ao mesmo tempo simplificadores e peremptórios a apologia do *Nativismo* e do *Tradicionalismo*, não apenas como lírica exaltação das nossas folclóricas realidades, mas como promoção a *valores ideológicos* cuja contemplação bastaria para reconciliar a consciência portuguesa consigo mesma e liquidar de vez a tentação *crítica*, *decadentista por excesso* de progressismo abstracto. A resposta de Eça é sem equívoco:

«Enquanto às suas ideias, não lhe parece que o *Nativismo* e o *Tradicionalismo* como fins supremos do esforço intelectual e artístico são um tanto mesquinhos? A humanidade não está toda metida entre a margem do rio Minho e o cabo de Santa Maria—e um ser pensante não pode decentemente passar a existência a murmurar extaticamente que as margens do Mondego são belas.»

Sob a admirável resposta aflora não sei que magoada ironia. Quem escreve esta carta é o mesmo homem que de uma forma bem mais subtil e criadora está promovendo na mesma época, sob outra roupagem, um análogo regresso à *Tornes pátria*, cansado como o pastor-poeta de Junqueiro de buscar *a maternal verdade* através da terra inteira. A simplificação bucolizante da sua própria *Quête* do ser e da realidade portuguesas como *valor* a cultivar e exaltar impressionam-nos tanto mais quanto é certo ele não precisar desse olhar exterior da nova juventude para saber que apesar de tudo quanto tentara para pintar como ninguém o conseguira antes *o enigma vivo* de uma terra, de um país, de uma comunidade humana particular que são *a sua* terra, *o seu* país e *a sua* comunidade, o resultado não correspondia de todo ao sonho do jovem romancista que apostara *desnudar*, sob o manto nem sempre diáfano da fantasia, *a verdade* do mundo português. Descrevera as suas aparências, pusera um nome imortal nas suas máscaras, realizara mesmo um esforço tardio para descer aos devãos mais fundos da sua alma, mas o resultado final será esse *Gonçalo Mendes Ramires*—alegoria penosamente construída como o romance histórico do mesmo Gonçalo—e não aquele *mito transfigurante*, aquela incarnação simbólica da alma nacional com que, em jovem, sonhara. Quem sabe: *ter-se-ia enganado de Pátria?* Ou *sobre a Pátria?* Era realmente um ser vivo, capaz de metamorfose

e redenção caseira (e não por abstracção África evocada), esse povo que ele descrevera, pintara como amorfo, fadista, contentente com a sua mediocridade como poucos? Teriam razão esses novos «snobs» —mistura de Fradiques de entre-Douro-e-Guadiana e de Gonçalos reditivos— ao anunciar-lhe como uma revelação a descoberta de um *país único* na sua rusticidade exemplar, místico sem mística, país de cavadores líricos, de pescadores mais líricos ainda, de moínhos de farinha terrestre e celeste como António Nobre os acabava de sonhar, para cobrir com as suas asas brancas *a negrura do País perdido* onde também os deuses lares o tinham feito nascer?

O ser e o destino de Portugal como horizonte de aventura literária converter-se-iam nos finais do século em autêntica *obsessão*. Mas sob a forma neo-gaiteiriana, o tema perde o seu carácter dramático e profundo, o seu aspecto ideológico significativo de consciencialização global que a interpelação do destino português assumira sob as plumas de Antero, Eça, Oliveira Martins, empenhados de facto em descobrir o perfil do nosso rosto, a cor da nossa aventura no conjunto da aventura maior da História, no grande espelho (acaso imaginário mas grandioso) da Civilização. Com esse neo-gaiteirismo —que tão abusivamente se auto-reclamou do autor das *Viagens*— a interpelação particulariza-se, amesquinha-se, Portugal torna-se um conglomerado de *diminutivos*, aceita-se e explora-se na sua folclórica miséria. Mesmo o verbo sarcástico de Junqueiro pede esmola em termos enjoativos —pobres de pobres são pobrezinhos— e Nobre convida os lusíadas pintores distraídos de tanta riqueza às avessas a dar vida à prodigiosa *cour de miracles* em que nos havíamos convertido. A miragem da Revolução esbatera-se, a sua função utópica tornara-se *extática*, confinada toda num presente-passado ou num passado-tornado-presente. Todavia, para o mesmo Nobre,

para Junqueiro, sobretudo para Cesário, Portugal tem, apesar de tudo, um *presente* porque tem uma *presença* da qual cada um escolhe a face simbólica idealizante ou denunciadora: proclamações de um colorido miserabilista sem igual, moleirinhas e pegureiros ideais, lojistas distraídos, varinas apopléticas, mães-coragens de um povo sem ela, burguesinhas oferecendo-se de graça à fenda do sonbo, crianças-anjos do lar esvoaçando nas varandas. *A realidade* comparece na sua dupla face arcaizante e contemporânea. Será necessário uma espécie de abalo sísmico da entidade pátria, como o provocado pelo *Ultimatum*, para se assistir, num momento de exaltação, à convergência de todas as *imagens* culturais da Nação — à dos profetas vencidos como Antero que crêem (ou outros por ele) chegada a hora da regeneração mística, tanto como a dos ideólogos à Teófilo e Junqueiro que retêm e desviam a vaga patriótica de fundo para fins precisos, identificando-lhe a pulsão com a república germinal. Todos os mitos são convocados para uma espécie de Sabat regenerador, Oliveira Martins ao serviço de Junqueiro — o pessimismo de *Finis Patriae* ao serviço da *Pátria*, tornada como tal, enfim, objecto supremo de vocação e invocação literárias, promovida de tema obcecante implícito ou consciente, em *tema obrigatório*.

A promoção junqueiriana teve uma importância *literária* (e não apenas histórico-ideológica, como é norma reconhecer) extraordinária. Hoje é quase impossível apreciar-lhe o impacto. Lembremos apenas, por memória, que o pouco admirativo Fernando Pessoa colocava ainda em 1912 o poema *Pátria* ao lado dos maiores. É justamente à *questão-Pátria* que o mesmo Pessoa conferirá a máxima e expressa dimensão mítica, colocando-a desde jovem no *centro* de uma Busca que a não tendo exactamente por fim (até porque «fim» não tem) dela é inseparável. O destino, como o Deus do nosso pro-

vérbio, escreve direito por linhas tortas. O autor da «Ode Marítima» e da «Tabacaria» vinculará a sua autoria mais notória a *Mensagem*, última metamorfose da autognose nacional que aqui nos interessa. Mas entre a *Pátria* de Junqueiro e a *Mensagem* há a invenção suprema — e porventura a mais genial jamais saída da imaginação lusíada — a da *Pátria-Saudade* de Teixeira de Pascoaes. Não há em toda a nossa literatura um diálogo-combate mais fundo e complexo que o que entrelaça as aventuras poético-espirituais de Pessoa e Pascoaes. Em última análise, a aventura de Pessoa é uma tentativa — bem lograda, mas não de todo triunfante — para reestruturar em termos adequados ao seu génio próprio e a um tempo de técnica cosmopolita, o misticismo sem sombra de máconsciência poética nem linguística, do autor inspirado de *regresso ao Paraíso e Marânus*.

A *pátria* dos desvelos e imprecações de Guerra Junqueiro, é a *pátria histórica visível*, maniqueisticamente vítima do mau pastor real à espera da infância do Povo e da loucura do Condestável para ressuscitar em glória republicana. Teixeira de Pascoaes subtrairá a mesma *pátria* à *História*, enquanto aventura guerreira e política, passada ou próxima, para a instalar definitivamente no seu ser *ideal* que é simultaneamente a transmutação idealizante e idealista mais genial que o tema *pátria* acaso inspirou. Este Portugal dos fins do século XIX, princípios do XX, medíocre, mendigo político da Europa, assistirá estupefacto e incrédulo a uma operação de magia poética incomparável destinada a *subtrair-lo para sempre* àquele complexo de inferioridade anímico que a Geração de 70 ilustrara com tão negra e fulgurante verve. O verbo de Pascoaes rasura ou dissolve a nossa pequenez objectiva, onde enraizam todos os temores pelo nosso futuro e identidade, instalando Portugal, literalmente falando, *fora do mundo* e

fazendo desse *estar fora do mundo* a essência mesma da Realidade. Prodigiosa reversão é essa do *não-ser* imaginário (do sentimento do nosso desvalor que a melancólica consideração da nossa existência histórica forneceu a três gerações) em ser *supremo*, mítica e mística *Saudade* — corpo-sombra da existência lusiada. Delírio de sazonalismo no cimo de uma montanha, como nos disse dele um Poeta (Afonso Duarte) que muito o admirava e foi seu discípulo? Muito simplesmente, como se escreveu e bem, a única aventura poética portuguesa, com a de Gomes Leal, digna do Romantismo, aventura vivida com olhos de *água*, capazes de fixar o sol e ler nele a noite sobre que reina.

A experiência poética de Teixeira de Pascoaes consente pouco as simplificações abusivas ou míticas com que variada gente que nunca o leu a sério activamente o desconhece. A abundância, na aparência informe, do seu verbo, o seu repertório de imagens estereotipadas, as suas obsessões imagísticas sem cessar reiteradas, o abandono voluntário à inspiração mais difusa, a famosa «pouca arte» que o nosso Rimbaud lhe assacou, fazem da sua Obra o *menos moderno* dos objectos poéticos ainda próximos de nós. É que a *modernidade* da Pascoaes é de outra espécie, intrínseca e não aleatória. Em poesia alguma portuguesa se encontra *encarnada e operante a intuição moderna por excelência que faz do homem (ser imaginante e imaginário) a substância mesma da Realidade*. Entre o homem e a Realidade há uma osmose continua, como se um e outra fossem anverso e reverso de uma *única realidade original*, cujo ser e perfil só *negativamente* podem ser aludidos. O universo inteiro é uma *Metáfora* viva em permanente metamorfose daquilo que *existente*, sabido e conhecido, conferiria à Natureza e ao Homem *autêntica* realidade. Por isso mesmo só o *absolutamente real* é *real*. Fernando

Pessoa passará a vida a querer sair desta *visão de fogo* sem jamais o conseguir. Para Pascoaes que foi *imaginação ardente* e sem concessões, esta *evidência* será a matriz inegotável do seu verbo, um «verbo escuro» que da Noite do *não-ser* anterioro fará jorrar essa Luz insegura de si mesma que é cada *Homem suspenso* entre a treva original e final. É em consonância com esta visão, como encarnação «sensível» dela, que o poeta das *Sombras* evoca a realidade pátria como *Pátria-Saudade*, elevando ao universal a *particularidade* com que somos supostos viver a nossa relação com o Tempo, ou se se prefere, a sua tonalidade «saudeosa». Tudo o que existe — como os homens para quem tudo existe — é da ordem do *evanescente*, mas de um evanescente que se torna real através de uma espécie de *rememoração* criadora, a única que pode conferir ao que já não existe uma *plenitude* «à rebours» que o fenómeno da saudade encarna. Tomou-se, por uma dessas aberrações exegéticas que são o lugar comum da nossa crónica desatenção cultural, a ideia pascoaliana da Saudade como reflexo de um pendor *passista*, forma insuperável de recusar através dela não apenas o presente como o futuro. Contudo, é de Pascoaes a fórmula maravilhosa do *Verbo Escuro: o futuro é a aurora do passado*. É em termos dessa «futuridade» como horizonte cada vez mais revelador do percurso havido e da verdade nele contida que Pascoaes mitificou a *pátria* e não como mero acontecer-passado a regozar em êxtases de duvidosa plenitude. Mais importante que ter sido ou ter tido Império, mais decisivo que haver usufruído riquezas mortas, ou até ter sido actores de uma gesta científica que podíamos ter tido num grau e esplendor que não tivemos, é para Pascoaes o haver interiorizado como alma da nossa alma o sentimento obscuro mas iluminante dessa visão positiva da vida como *sonho* que se sabe *sonho* mas que

no interior desse sentimento se recupera como *criadora saudade*; desejo de um Desejo que jamais tomará a forma de uma possessão idiolátrica, subtraindo-nos assim, de raiz à tentação moderna por excelência, a de Fausto: *saber, poder para reinar* sobre a Natureza e os Outros. É nesse sentido que Pascoaes nos outorga e se outorga o estatuto de Povo-Saudoso, quer dizer, de povo que apercebe em tudo quanto toca a sombra da ilusão e da morte, mas a uma e outra exige a promessa da vida. É impossível decidir, no caso de Pascoaes, cuja visão deve muito mais do que se supõe às grandes intuições épico-metafísicas do século XIX (em particular à de Victor Hugo) se nela a mitificação da *realidade-pátria* é um caso particular da sua visão cósmica e metafísica do Real, ou a transfiguração simbólica da bem *concreta* *vênia* de uma paisagem, de uma história, de um povo singulares que nós chamamos *Portugal* e que para ele podia ser lido e compreendido a partir da janela e das vezes apenas abertas sobre o Marão...

Da poetização mítica de Pascoaes não desaparece, como bom discípulo das intuições de Nobre, o propósito de distinguir e exaltar o *ser português* no interior da nebulosa histórica mitificada em que para ele se recortam as peripécias capitais da marcha humana. Mas ao contrário do mero e empírico cântico «nacionalista», a *diferença* que nos separa e nos une a tudo o resto é cantada como natural e valiosa presença própria, sem exaltação egoísta, nem rebaixamento. A visão que Pascoaes teve de Portugal é uma das raras que, entre nós, nos tempos modernos, escapa à envenenada tentação do *ressentimento cultural*, para não falar do mais doloroso complexo de inferioridade, fácil e constantemente transmutável no seu contrário. Não há nela nenhuma obsessão do *comparrativismo* ou a equívoca complacência — embora imposta

por exigências de lucidez a ter em conta — com que desde a Geração de 70 nos arranhámos em vão o pátrio peito. Na sua evocação incandescente, delirada do Universo, as nossas coisas — *paisagem* ou *gesta humana*, Marão ou Nuno Álvares — têm o seu lugar próprio, análogo a outros, mas inconfundível. De qualquer modo, todos os *signos* através dos quais o Poeta se fala, monologa ou se constrói, se confundem como linguagem da única realidade última, a de *sombras*, e como tais os evoca Teixeira de Pascoaes no poema do mesmo título:

Ó Sena, Eurotas, Tibre! Grandes águas
Que à voz de Homero, de Hugo e de Vergílio
Juntastes o clamor da vossa mágia.
Pegos de drama e dor, margens do idílio!

Ó meu Tâmega obscuro, água dormente...
Ó rio, à noite, a arder todo estrelado!
Água meditativa, ao luar nascente.
Água coberta de asas ao sol — nado.

Ó boca do Vesúvio, erma cratera
Num vômito de morte e destruição!
Montes da minha aldeia, quem me dera
Ser como vós, de terra e de solidão!

Ó rochedo do Cáucaso onde eu vou
Em romaria espiritual rezar
Ó fogo eterno que o Tiã roubou
Ó fogo humilde e brando do meu lar!

Nestas litâneas extáticas do poeta, um dos cunhos do lirismo nacional e tão característico de Pascoaes, a *nova realidade* aparece sob o pano de fundo das altas referências da mitologia poética e espiritual do Ocidente como *humilde, secreta*, mas apta pela mediação redentora do génio poético, exactamente como todas aquelas que simbolizam as grandes aspirações universais a exprimir também a união profunda

Do amor humano com o amor eterno
Da Morte com a Vida.

Na humilde e brumosa ou clara paisagem portuguesa que o cerca, Pascoaes decifra e inscreve o drama da Criação inteira. Não precisa sequer, a não ser como referência aléutória, da mediação precisa da história universal ou de uma Cultura na qual nós pesámos menos que outros, para integrar o seu pequeno-infinito mundo no drama cósmico, até porque este não é, em última análise, senão o da aventura mesma do espírito humano em busca de si mesmo, estranha metamorfose que de uma espécie de *ausência original jamais abolível* nos conduz para o conjunto de presenças que são o mundo, mas um mundo perpetuamente recortado nessa «ausência-presença» que Pascoaes, como Hesíodo, invoca sob o símbolo da Noite. A Noite primitiva, a Noite virgem-mãe do Criador.

Aqueela Noite universal de outrora
Donde tudo descende

é para Pascoaes a matriz, ao mesmo tempo estéril e criadora

A Noite originária
Que em si continha a estranha Natureza;
O Tâmega, o Marão, em brônzeos píncaros,
A Bóbia, a Esfinge, o vulto da Tristeza...

Foi esta síntese poderosa de visionário romântico de inspiração neo-platónica e gnóstica — o único puro que possuímos — que a consciência poética e crítica de Pessoa submetem à prova de fogo. Mas o fogo não será posto apenas pela sua mão. Era de uma visão incandescente e afirm que ele mesmo partia — leitor consciencioso da linhagem romântica inglesa e do platonismo que a banha ou transfigura — quando entra em contacto com a poesia de Pascoaes, lugar sumo da transubstanciação da experiência lusiada despida dos seus aspectos anedóticos. Como já acontecera em relação a outros, a realza poética e como que profética de que goza Pascoaes em 1912 constituirá para o jovem Pessoa um desafio. A sua resposta que parece desvaída e de uma pretensão paranoica, foi, num primeiro momento, de ordem simbólica. Pessoa, aos vinte e quatro anos, anuncia — e anuncia-se a si mesmo — um *Super-Camões*. Poucos momentos do itinerário cultural de Pessoa foram tão mal interpretados como este. O anúncio do *Super-Camões* significa apenas que a visão simbólica de Pascoaes e do Saudosismo devia ser *superada* por uma outra, e superada à maneira de Hegel (tão citado no seu ensaio crítico-profético), quer dizer, elevando-a à consciência de si mesma, conservando-lhe a intuição de base, o núcleo neo-platónico. Mas significava também que a *futura poesia* era colocada por Pessoa sob o signo de uma *mutação desconhecida e superior* dessa Pátria que tivera em Camões o cantor da sua realidade histórica arquétipa. Se a relação dos homens da Geração de 70 com o País representa um momento de perturbação excepcional, com Pessoa irá conhecer uma outra, mas de configuração *oposta*, embora religada com ela dialeticamente.

Notou João Gaspar Simões, e com razão, que a sua condição de criança portuguesa precocemente privada do seu

laço orgânico com o país em que nasceu e ao qual regressará culturalmente moldado por uma educação de raiz britânica, o predispunha para uma atitude, de ultracompensação, senão de *reparação* desse laço quebrado. A sua vontade de «reconquistar» — em todos os sentidos do termo — a terra natal, é inegável. Como todos os «emigrantes» — embora a sua fosse antes imigração — estava votado ao suprapatriotismo. Mas as formas que ele tomará, por Pessoa ser quem era, mas também pelo duplo enraizamento sentimental-e-cultural de que é sujeito (vítima?) é que não serão as habituais. Pessoa foi, até hoje, o único dos nossos grandes poetas que pôde situar-se, ao mesmo tempo, por assim dizer, no *exterior* e no *interior* da consciência cultural portuguesa. Esta dupla vista, contudo, não é um mero privilégio (ou obstáculo) abstracto. Acompanha-se da possibilidade de *nos ler* (e se ler) a partir de um horizonte cultural preciso que tem de singular (apesar da «anglomania» superficial de uma certa classe portuguesa na segunda metade do século XIX) o seu conatural «não-francesismo», ou até, o seu «antifrancesismo». O *francesismo* orgânico da nossa atitude cultural que Eça denunciara em vão do seu próprio interior, num movimento de autopenitência irónica e séria, não podia criar num jovem educado à inglesa e *em inglês*, nem a fascinação, nem o ressentimento que o impacto da cultura francesa têm deixado em muito boa e célebre gente. Pessoa olhará sempre a cultura francesa de fora, e sobretudo, de cima, exactamente como os ingleses costumam fazer, quando não fazem o contrário... Tal como sucedeu com o Futurismo italiano (cujo impulso «nacionalista» e antifranceses não tem sido muito destacado, mas nos parece evidente) o Modernismo que aparece entre nós de 1914-1917 sob a égide de Walt Whitman (uma das fontes do mesmo Futurismo, aliás...) traduz, sob a pluma de Fernando Pessoa,

O LABIRINTO DA SAUDADE

uma *rêverie* de um complexo de inferioridade cultural, de marginalização cultural de que nenhum apelo ao exemplo francês (como Eça tentara) nos podia libertar por ser ele mesmo a fonte desse complexo. Ninguém, como Pessoa, se encontra em condições de nos libertar de tal complexo, de que a dependência cultural francesa é apenas um acidente. A libertação, a missão cultural de que desde cedo Pessoa se crê investido supera a dessa particular e para ele pouco vivida dependência. A verdadeira missão que ele se atribui ao profetizar-se como «Super-Camões» é a de resgatar o subconsciente nacional não tanto de históricos e accidentais complexos de dependência *mas de si mesmo*, transfigurando a gesta particular de um pequeno-grande-povo, em *gesta da consciência universal*.

Mas não significava isso escrever *Os Lusíadas* de outro modo, exacerbando em termos de nova mitologia o banal e agressivo provincianismo patriótico, característico dos pequenos povos e sobretudo dos que conservam a memória impotente de ter sido «grandes»? A interpegação que Portugal representou para Pessoa nem prolongará a reiteração do «patriotismo camoniano», nem retomará sob outra forma — provocante ou isotérica — a que Teixeira de Pascoaes colocou sob a égide da Saudade, embora tenha uma íntima relação com ela. Como tudo o mais na sua personalidade e obra, essa interpegação traduzir-se-á por uma *rasura integral do sentido comum de patriotismo*. A *Mensagem* onde esse patriotismo-outro se incarnará poeticamente não é *Os Lusíadas* de um Portugal sem realidade epopaica efectiva, mas um *Anti-Lusíadas*, epopeia elegíaca da *autodissolução da nossa particularidade histórica empírica* como caminho, ascensão e transensão de todas as particularidades, suicídio sublime

da *personalidade* na era de uma *impersonalidade* realmente universal e fraterna.

Um século de preocupação e interpelação da realidade portuguesa e de portugueses conduziu assim a esta insólita e paradoxal *evaporação* do problema? Sim e não. Em todo o caso à sua mutação mais radical e de mais significativas consequências em matéria de autogénese portuguesa. O misticismo absoluto da visão de Pessoa pode ser recusado, por absurdo ou inadequado à *concreta realidade portuguesa*, mas o sentido da sublimação das relações mais profundas que nós entretemos com o destino do «navio-nação» que nos dá o nome que temos entre os outros povos não pode ser rejeitado sem exame. Desconcertante percurso é aquele que um dia receberá um perfil de enigmática medalha em *Mensagem* mas que começa nos alvares da sua actividade literária e aparece já todo «teorizado» no seu célebre ensaio de 1912. As páginas juvenis do seu *Diário* em inglês, esse ensaio, tanto como a conhecidíssima frase da carta de 1915 a Armando Cortes-Rodrigues, mostram até que ponto eram inseparáveis para Pessoa a sua *missão poética* e a sua *vocação patriótica*. Mas é na concepção desse *patriotismo* e na particular *vocação* que ele lhe impõe que Pessoa inova e surpreenderá até ao escândalo durável porque não é daqueles que podem terminar. Ao caracterizar o projecto *Orpheu*, no mais puro estilo de provocação à Swift típico de um certo Alvaro de Campos, Pessoa caracteriza o seu «patriotismo»: «Que quer Orpheu? Criar uma arte cosmopolita no tempo e no espaço. A nossa época é aquela em que todos os países, mais materialmente do que nunca e pela primeira vez intelectualmente, existem todos em cada um, em que a Ásia, a América, a África, ou a Oceânia são Europa e existem todos na Europa. ... Assim a arte moderna verdadeira deve ser des-

nacionalizada ao máximo — acumular nela todas as partes do mundo.» Por sua vez, Alvaro de Campos, a *modernidade em acto*, escreve, em estilo de reminiscência e temática queirozianas: «Só há duas coisas com interesse em Portugal, a paisagem e *Orpheu*. Tudo o que há no intervalo é palha trilhada e pode que serviu já na Europa e morre entre estas duas atracções de Portugal. Por vezes estraga-se a paisagem pondo lá Portugueses. Mas não se pode estragar *Orpheu* que resiste à prova de Portugal.» Poder-se-ia depreender que «*Orpheu*» e o «Modernismo» que nele representa Pessoa-Alvaro de Campos se caracterizam pela sua ostensiva *relação negativa* com Portugal — como outora a sátira queiroziana, mas com uma dose suplementar de provocação e cinismo. Podia mesmo supor-se que essa «relação negativa» é elevada a uma espécie de culto. Na verdade o sentido da provocação é muito outro. O grande processo em que a Geração de 70 envolveu a *realidade nacional* é agora interpretado em sentido muito diverso, mau grado ou reforçada a pseudo-semelhança pelo emprego das imagens da crítica queiroziana. O que caracteriza Portugal, para um jovem como Pessoa educado no culto de um individualismo que raia os limites da excentricidade é a *passividade lusa*, o gosto malsão da *Ordem*. O autêntico *patriotismo* reside no combate contra essa *Ordem* panúrgica, como ele o explicitará mais tarde no swifiano ensaio sobre *O Preconceito de Ordem*. «Tão regrada, regular e organizada é a vida social portuguesa que mais parece que somos um exército que uma nação de gente com existências individuais. Nunca o português tem uma acção sua, quebrando com o meio, virando as costas ao vizinho. Age sempre em grupo, sente sempre em grupo, pensa sempre em grupo. Está sempre à espera dos outros para tudo. E quando por um milagre de desnacionalização temporária pratica a traição à

Pátria de ter um gesto, um pensamento, ou um sentimento independente, a sua audácia nunca é completa porque nunca tira os olhos dos outros, nem a sua atenção da sua crítica...» E depois de uma comparação com os Alemães, que organizam a sua vocação panúrgica, coisa de que nós nem precisamos, conclui: *Portugal precisa de um indisciplinador. Todos os indisciplinados que temos tido, ou que queremos ter tido, nos têm falhado. Como não acontecer assim se é da nossa raça que eles saem?*

Se este é o nosso *Fatum*, continua imperturbável, como quebrá-lo? «Trabalhemos ao menos nós os novos — por perturbar as almas, por desorientar os espíritos. Cultivemos em nós mesmos a desagregação mental como uma flor de preço. Construíamos uma anarquia portuguesa. Escrupulizemos no doentio e no dissolvente. E a nossa missão, a par de ser a mais civilizada e mais moderna, será também a mais moral e patriótica» (8-4-1915). Este programa, friamente provocante, resume a *explosão poética* mais libertadora da nossa consciência lusitana moderna que tivera lugar um ano antes e aparecia com *Orpheu* na praça pública, anunciando as próximas e corrosivas diatribes do *Ultimatum* de 1917. É a forma como concretamente serão ultrapassados *de dentro* os pressupostos em que assentou durante dezenas de anos o nosso *complexo cultural e histórico* de nação marginalizada em péttuo atraso. A nossa Crise provém de uma má leitura de nós mesmos e acaso de um excesso de complacência para com tudo quanto é dos outros. *Querer ser português é pouco para portugueses*. O povo português é essencialmente cosmopolita, a sua vocação é a anunciada no distico célebre da *Mensagem*:

O LABIRINTO DA SAUDADE

O Tudo ou o seu nada

O inteiro mar ou a orla vã desfeita.

Refluindo historicamente do *inteiro mar*, os portugueses converteram-se em *orla vã desfeita*. Mas para o «patriota de uma espécie nova» que é o autor do *Ultimatum* (e será mais tarde o da *Mensagem*), essa agonia, esse fechamento contranatura expresso nesse reflexo para «a pequena casa lusitana», sugerem de si mesmos a *salvação mítica*, a reconversão da nossa imagem e do nosso projecto de alma e cultura. O que há para ele de mais singular no português é o seu esforço para se *negar enquanto apenas português*, o facto de antecipar nessa autonegação a autonegação futura que abolirá como fantasmas *repressivos* no campo do poderio guerreiro, económico, científico, cultural essa intolerável genuflexão íntima que a Geração de Eça julgava necessária para o nosso resgate diante das «três grandes nações pensantes» — a Inglaterra, a França e a Alemanha. Justamente, em 1917, à hora do seu *Ultimatum*, essas três maravilhas abraçam-se de furor e de morte. É o momento de proclamar que Portugal não é apenas a Tormes rústica para repouso de príncipes Jacintos fatigados de Civilização, nem um Marão cósmico e fantasmático — *sempre e ainda Portugal paisagem*... — mas essa *vocação mediterrânea* e como que *profética* de nação humilhada e ofendida em superfície (e não no cerne como Dostoievski o pensará da Santa Rússia de que esperava também uma função messiânica), de povo que sofrendo da sua *particularização*, da sua antiga nostalgia de estar presente em toda a parte e ser tudo em todos, denuncia a aberração das Superpotências, senhoras da História e da Cultura. É sob a máscara frenética de Álvaro de Campos, fundeado na barra do Tejo, «de costas para a Europa, braços erguidos fiando o Atlântico e saudando

abstractamente o Infinito» que o reservado, o lívido Fernando Pessoa enviara sumptuosa e vibrantemente «À Menda» todo esse lixo imperial e imperialista. Todavia, o que importa é reparar que esses mandarinus da Política e da Cultura a quem futuristicamente, no plano formal, ordena mandado de despejo, os Guilhermes II, os Briand, os Lloyd Georges, os Anatole, os Bourget, os Shaws, os Wells — não são objecto desse delirante (e orientado) auto-de-fé, em nome do Portugal presente, glorificado por contraste. Esse Portugal (que é o Portugal democrático e republicano da época) é objecto de sarcasmos que nada ficam a dever aos herdados da Geração de 70, antes os reforçam. Álvaro de Campos não fala nem se identifica com esse

Portugal-centavos, resto de Monarquia a apodrecer República extrema-unção-enxovalho da Desgraça, colaboração artificial na guerra com vergonhas naturais em África,

mas em nome desse Portugal-outro, messiânico e futurante, digno da Raça dos Navegadores e Descobridores aos quais Álvaro de Campos se assimila para reclamar o fim de uma Democracia que nunca existiu e a vinda do super-homem harmónico e não forte capaz de assegurar a ressurreição de um Portugal que deixe de ser o do português de camoniana e hegemónica memória, para ser o do português-ninguém, imerso e dissolvido no universal de todos.

Assim, ao fim de um longo périplo de autognose se inverte o romântico Ninguém-Portugal de Garrett, fantasma exiliado e proscrito em busca do seu antigo solar ocupado por outrem, assim se extenua e volta contra si mesmo o *ressentimento* cultural e patidótico da Geração de 70. Este imprevisto percurso da nossa autognose representa, sob a forma que adquire através de Pessoa, a *solução efectiva* do que um ensaísta por

ele influido, mas inatento à irónica dialéctica em que se insere, chamou *o enigma português* (Cunha Leão), ou é apenas a simbólica e impossível quadratura do nosso desajustamento visceral conosco mesmos? O Quinto Império, segundo Pessoa, é algo mais que a promoção estelar, a conversão em mito do irrealismo histórico de uma Nação condenada desde a origem a esgotar-se em sonhos maiores que ela mesma?

O *desafio* a Portugal e a si mesmos que os jovens Antero, Eça e Oliveira Martins representaram, fora concebido por homens ainda sem obras (ou quase), à espera de vir a ser os Hegel, os Flaubert e os Michelet (que para nós foram...). A provocação delirante de Álvaro de Campos à Europa é a de um jovem poeta, desconhecido então, mas já autor da «Ode Triunfal», da «Saudação a Walt Whitman» e da «Ode Marítima», poemas através dos quais a realidade dinâmica do mundo industrial e comercial moderno que só tinhamos em imaginação ou sob formas frustres, o erotismo que o mesmo mundo exalaria quando o houvesse, a epopeia marítima inexistente já e por isso absoluta, haviam alagado a consciência poética nacional, subtraíndo-a ao mesmo tempo ao marasmo da quotidiana realidade portuguesa e do imaginário lusiada. Por equanto as consequências não eram muito visíveis, estavam à espera do seu futuro, concentradas nesses focos de luz subversiva que mais tarde se tornariam sóis. O choque prodigioso de um abúlico, junto do qual «o budismo» ético de Antero é excitação, com a energia selvagem do verbo de Walt Whitman e os ecos panfletários do Futurismo, haviam provocado a *explosão* do «Ultimatum», momento cume do percurso iniciado com a «Ode Triunfal». O Fernando Pessoa após o «Ultimatum» passará o que lhe ficará de vida real e imaginária a apanhar os cacos de si mesmo e a tentar recuperar, em vão, a sua hora fulgurante e o seu «furor heróico».

As apóstrofes violentas — herdadas da Geração de 70 — que na «Ode Marítima» dirige aos degenerados herdeiros dos desobridores de Brasis e Índias,

Estupores de tísicos, de neurasténicos, de linfáticos,
Sem coragem para ser gente com violência e audácia,
Com a alma como uma galinha presa por uma perna!

são, como para todos nós, uma *máscara* transparente, o grito espasmódico que solta na noite intacta da *impotência lusiada* aquele que estava destinado a erguer esse sentimento de radical impotência diante da Vida, enquanto Ricardo Reis, enquanto autor da «Passagem das Horas» ou da «Tabacaria» (para não dizer de tudo) à altura de um dos Mitos culturais mais fascinantes do século XX, o seu mesmo de Disperso-Dionisos, retalhado às mãos de bacantes inexistentes. Nem o regresso a Tomes, nem a assimilação de sonho das ferocidades exaltantes dos tempos da nossa Barbárie gloriosa e criadora, serão, afinal, para Pessoa, uma *solução*. O verdadeiro culto da Energia, a apologia da guerra regenerante à Marinetti, em suma uma parte do arsenal imaginário do fascismo próximo e nada imaginário, não se encontra, senão por exegese equivocada e unilateral em Fernando Pessoa. A prova real será tirada quando essa temática passar também entre nós, da ficção à realidade. Mas encontrar-se-á, com todas as letras, em Almada-Negreiros, no seu *Ultimatum futurista às Gerações portuguesas do século XX*. Esse texto é a *antítese absoluta* do espírito que informa o «Ultimatum» de Álvaro de Campos, por assim dizer, a sua re-tradução em *português*, mas não no «português» tal como Pessoa o entendeu sempre. Almada-Negreiros articula no seu panfleto, que só por inadvertência e meros tiques estilísticos, foi lido como *afim* do de Campos,

todos os lugares-comuns do *nacionalismo português* e à *portuguesa*, com molho à Marinetti.

O *nacionalismo* de Pessoa é de outra ordem e de outro alcance. É o que estrutura *Mensagem* e que, talvez por contingências da política do tempo, tão mal compreendido e interpretado foi pela geração presencista, sinceramente *universalista* em geral e sem dúvida também por isso desconfiada diante desse aparente novo avatar do patriotismo nacional. É verdade que em *Mensagem* mais do que nos aspectos «vanguardistas» da sua obra, se colhe, com maior evidência, uma inegável ambiguidade que faz parte do seu tão peculiar *Modernismo*. Contrariamente a Almada-Negreiros, o *único* autêntico modernista em sentido estrito de sintonizado com o *vanguardismo* (ou *sucessivos vanguardismos*) da época, o Modernismo de Pessoa não foi e não será nunca apologia e delírio da quotidianidade presente e suas fulgurações, mera apologia do novo, mas consciência das *insolúveis contradições do mundo moderno* e da mesma Modernidade, porventura até, rejeição do seu próprio *espírito*. De Portugal enquanto realidade presente não espera Pessoa *nada*. Do Portugal como nauta de si mesmo, como história-profecia de que *Mensagem* interroga os anúncios e signos sucessivos, *tudo*. Sem Poder e sem Renome, como no seu texto se proclama, Portugal não pode ser outra coisa senão teatro de uma *epopeia da alma* de uma «ulisses» espiritual, invenção de um Ocidente futuro para o qual Portugal-Esfinge parece olhar, de costas voltadas a uma Europa há muito entregue aos demónios da *vontade de poder*. Para a Geração de 70, Portugal só podia esperar a redenção de uma *catástrofe regeneradora*, de um qualquer apocalipse histórico ou *sabre providencial*. Para Pessoa é *puro futuro*, manhã a *amanhecer*, vinda próxima do Encoberto, Cristo sem cristianismo, *fraternitatis rosea crucis*,

quer dizer invenção de uma *fraternidade de alma* de que a divisão das nações e dos impérios reais, triunfo da «Ordem», é a contrafacção incurável e demoníaca. É mais que claro que este País-Futuro em busca de Índias que não vêm no mapa, *representa o termo de um processo de divergência prodigiosa de alguns dos mais altos e profundos espíritos portugueses com a «terra mater» em que nasceram*. Mas ao mesmo tempo é a forma mais radical de recusar a sociedade portuguesa enquanto sociedade amorta, sem ideal, interiormente satisfeita com a glosa do seu interminável crepúsculo de Nação que há séculos *entristeceu*

Sem Rei nem lei nem paz nem guerra
esse Portugal-nevoeiro onde

Ninguém sabe que coisa quer
Ninguém conhece que alma tem
Nem o que é o mal nem o que é o bem.

Quando termina *Mensagem*, glosando pela última vez a litania da nossa imemorial *inconsciência*, Pessoa julgava ainda que chegara a *Hora*, o momento da vinda do novo rei Sebastião de que ele fora o João Baptista moderno, ou a nova encarnação do Infante D. Fernando, mártir de um império espiritual de fidelidade, ao qual ele se assimila expressamente pondo na sua boca um poema de 1913 que antes consagrara à sua pessoal e mística vocação de poeta de uma nova *maneira de ter e ser Pátria*. Mas a realidade, ainda em vida, não lhe deixou entre os dedos mais que o sonho desse Sonho. O Portugal esperado, após um momento equívoco de esperança regeneradora, não ia ser o país da energia criadora, nem da suprema liberdade da imaginação que ele visionara através da Criança redentora do VIII poema de «O Guardador de Rebanhos». Em vez da Infância esperava-nos o

longo reino da *infantilização sistemática da imagem pátria*, o triunfo do folclorismo idiota, da minoridade cívica obrigatória, do paternalismo implacável que teve nas «notas do dia» o seu evangelho sem ressurreição, um culto ditâmbico de todas as superstições, conformismos, anacronismos maquievelmente cultivados, como se jamais nesta Pátria, nem Herculano, nem Garrett, nem Antero, nem Eça, nem Sérgio, nem Basílio Teles, nem Raul Proença ou mesmo Leonardo Coimbra, jamais tivessem existido. De túmulos que se supunham definitivos, evocados por esse infantilismo cientemente convertido em máquina de opressão ética, social, cultural, resurgirão uma vez mais Gonçalves senis para em nome de uma imagem profunda de nós mesmos, mas sem contrapeso algum crítico, lançarem o País numa última aventura imperial, *num voo direito a nada*, para usar o justo título fatídico de um grande poeta do nosso ex-império. Alguns para-ideólogos do antigo Regime utilizaram o profetismo e «o nacionalismo» de Pessoa para a justificação política deste cruzadismo voltado todo para o passado e não para o Futuro tal como ele o visionava. Foi um contra-senso literário e uma ingloria utilização de um renome que nenhum Império com o nome no mapa pode reclamar.

O «Quinto Império» de Pessoa não exigia o delírio e a inconsciência e os vãos sacrifícios ao fim dos quais perdemos, como era previsível até para cegos de nascimento, um império terrestre que só começou a existir a sério para a Nação quando surgiu no horizonte a possibilidade da sua perda. Com essa perda alterou-se em profundidade e *definitivamente* a imagem corporal e espiritual que cada português, mesmo os que o não sabiam, transportavam consigo. Aparentemente, sem que isso tenha mobilizado a paixão e a inteligência pátria para reajustar à nova realidade portuguesa,

amputada da sua existência secular de nação imperial e colonizadora, *uma nova imagem*. Depois de tantas décadas de convívio íntimo oficial com uma imagem particularmente irrealista da nossa História e das nossas possibilidades, o despertar dessa existência eufórica acabada em pesadelo tinha de arrastar após si o impulso duradouro dessa mitologia nefasta. Como era de esperar, não seria uma Revolução caída do céu militar que poderia repor miraculosamente o País em condições de se readaptar, enfim, *àquilo que é e que pode*. As contas a ajustar com as imagens que a nossa aventura colonizadora suscitou na consciência nacional são largas e de trama complexa demais. A urgência política só na aparência suprimiu uma questão que também na aparência o País parece não se ter posto. Mas ela existe. Querendo-o ou não, somos agora *outros*, embora como é natural continuemos não só a pensar-nos como *os mesmos*, mas até a fabricar novos mitos para assegurar uma *identidade* que, se persiste, mudou de forma, estrutura e consistência. Chegou o tempo de *existirmos e nos vermos tais como somos*. Ao menos uma vez na nossa existência multissecular aproveitemos a dolorosa lição de uma cegueira que se quis inspiração divina e patriótica, para nos compreendermos em termos realistas, inventando uma relação com Portugal na qual nos possamos rever sem ressentimentos fúnebres, nem delírios patológicos. Aceitemo-nos com a carga inteira do nosso passado que de qualquer modo continuará a navegar dentro de nós. Mas não autorizemos ninguém a simplificar e a confiscar para benefício dos privilegiados da fortuna, do poder ou da cultura uma imagem de Portugal, mutilada e mutilante através da qual nos privemos de um Futuro cuja definição e perfil é obra e aposta da comunidade inteira e não dos seus guias providenciais.

A EMIGRAÇÃO COMO MITO E OS MITOS DA EMIGRAÇÃO

O destino de Portugal nunca esteve como agora, tão intimamente ligado à capacidade do Estado para coordenar o intercâmbio cultural entre os portugueses do continente, das ilhas e das comunidades de emigrantes em países europeus ou americanos.

M. M. — *Diário de Notícias*. Suplemento de 8-6-77.

Um rapaz daqui, que queria voltar a Portugal, não pode por causa de uma filha. A miúda tinha 14 anos e não queria voltar. Era aqui que estavam os seus amigos, era esta a sua língua, não tinha nada a ver com Portugal. E muitos «portugueses» assim».

De uma crónica do *Diário* — Nuno Gomes dos Santos.

Entre nós, o que importa sempre é a evidência e a utilidade políticas imediatas dos cenários, raramente aquilo que eles cobrem ou encobrem. O que teve por quadro a mais alta

